

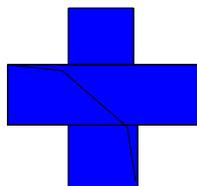


GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA DUCENTÉSIMA NONA REUNIÃO DO CES-MT

1 **Ao segundo dia do mês de outubro de 2008**, às quatorze horas e trinta minutos, deu início à **ducentésima**
2 **nona** reunião do Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso, sendo esta a **centésima sextagésima**
3 **primeira reunião ordinária**. Conferido o quorum, com aprovação, iniciamos a reunião. A Sessão pela Vice-
4 Presidente do Conselho Estadual de Saúde, **Conselheira Clélia Araujo de Brito**. Colocou em regime de
5 apreciação e aprovação Ata reunião extraordinária do mês de julho, que foi aprovada com quatro abstenções
6 e com as alterações: **Conselheira Alzita Leão** considerações a respeito da linha 85: acrescentar a expressão
7 'os gerentes dos ERS'; linha 87: complementar a frase com a expressão: '... assim não havendo reclamação
8 por parte das mesmas'; linha 88 complementar a frase com a expressão: '...resultados dos trabalhos
9 realizados estavam atravancados'; linha 267 acrescentar: médicos reguladores e supervisores e a que diz
10 respeito às gerências I e II, criadas na Lei Complementar 266/06; solicitou que fosse feita nova audição para
11 acrescentar a fala do senhor Victor Rodrigues que diz respeito aos servidores que fizeram concurso público
12 para os laboratórios de fronteiras. **Conselheira Maria Luiza Ortiz** linhas 99 e 100 colocar o significado das
13 siglas por extenso. **EXPEDIENTE RELEVANTE:** a Secretária Executiva, **Magaly de Souza**, informou que
14 sobre a mesa está artigo do Conselheiro Fabiano Borges que trata sobre epidemiologia do câncer de boca em
15 laboratório; ainda sobre a mesa o resumo das resoluções CIB que foram analisadas por membros da
16 Comissão de Monitoramento. No entanto, não foi possível a assinatura dos mesmos, pois a CIB nos entregou
17 o documento sem tempo hábil para isso; quanto a finalização do segundo módulo da oficina de capacitação
18 pedagógica solicitou que algum membro da Comissão fizesse o informe. **Conselheira Maria Luiza Ortiz** disse
19 que neste final de semana, sexta-feira e sábado, estiveram trabalhando a continuidade da oficina de
20 capacitação de conselheiros. Todos os módulos têm sido bastante proveitosos, mas lamentou que nem todos
21 os Conselheiros Estaduais estejam participando. Disse que posteriormente serão apresentados os relatórios
22 desses dois módulos. Disse que discutiram com bastante profundidade a diferença entre os conceitos de
23 capacitação continuada e permanente. Informou que o fechamento do segundo módulo será realizado no dia
24 10 de outubro, na ESP, período integral. Disse que o terceiro módulo está sendo previsto para ser realizado
25 no final do mês de outubro, na Chapada dos Guimarães. Informou que a Comissão está prevendo a
26 realização de um projeto piloto em Porto Alegre do Norte. Disse que para a realização do terceiro módulo
27 havia a necessidade de repasse dos recursos para a ESP, situação que já foi regularizada. **Conselheira**
28 **Maria Aparecida** lembrou que no final do mês de outubro muitos Conselheiros estarão participando da
29 Oficina de Inclusão Digital, em Campo Grande-MS. **Conselheira Maria Luiza Ortiz** disse que na reunião de
30 elaboração da agenda tudo foi levado em consideração. **Conselheiro Fabiano Borges** agradeceu a
31 disponibilização do artigo pela Secretaria Executiva. Disse que ele trata da política pública de atenção ao
32 câncer de boca no estado. Disse que os resultados são positivos conforme mostra o resultado da avaliação
33 através de pesquisa. Disse que o trabalho está servindo de exemplo e que ele entrou nas bases de dados do
34 mundo. Disse que as maiores incidências são do interior do estado onde os fatores de risco são a exposição
35 ao sol, tabagismo e a cor da pele. **Conselheira Maria Luiza Ortiz** disse que recentemente apresentou em
36 Congresso a distribuição da mortalidade por câncer do Estado e fronteiras agrícolas. Disse que o aumento do
37 risco também se deve aos fatores ambientais. **Conselheiro Fabiano Borges** disse que fez retrato frio da
38 base de dados e que diversos trabalhos estão se aprofundando no aspecto mencionado pela Conselheira.
39 **Conselheiro Carlos Eilert** com relação ao segundo módulo de capacitação, perguntou por que não foi
40 possível a finalização dentro da data prevista e por que foi remarcado para o dia 10 de outubro. Disse que os
41 Conselheiros não estão à disposição apenas da oficina de capacitação. Que gostaria muito de ter participado,

1



SUS

Sistema
Único
de Saúde

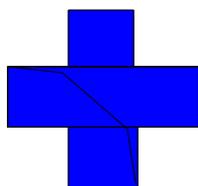
Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

42 no entanto, foi notificado na quarta-feira sobre um evento que se realizaria na sexta-feira. Disse que não
43 gostaria de perder as oficinas, mas que assim fica difícil participar. Perguntou ainda por que o terceiro módulo
44 será em Chapada dos Guimarães e qual o motivo principal. **Conselheira Maria Luiza Ortiz** esclareceu que a
45 capacitação depende de uma agenda coletiva e não individual. Disse que todos os Conselheiros sabiam da
46 realização do segundo módulo e foram comunicados via e-mail e também por telefone. Disse que havia
47 cobrado da Secretaria Executiva a confirmação do contato com o Conselheiro Carlos Eilert, e como o telefone
48 do mesmo não atendia o contato foi feito por e-mail, portanto, não justifica o conselheiro afirmar que a
49 convocação lhe fora feita em cima da hora. Esclareceu que o segundo módulo não terminou no domingo, por
50 que os que estavam presentes chegaram a conclusão que não adiantava terminar o módulo, que é de suma
51 importância que trataria de capacitação permanente, com apenas meia dúzia de conselheiros, pois neste
52 módulo será discutida a política. Justificou o próximo módulo em Chapada, exatamente por isso. Pois, existem
53 as baixas na participação, aquele que participa de manhã não participa a tarde, entre outros motivos. Embora
54 a Comissão compreenda que seja interesse de cada um, mas para organizar melhor que seja realizado num
55 lugar que não tenha interferências, que o Conselheiro possa ficar 'confinado' para não se ausentar. Disse que
56 esta é a proposta. **Conselheiro Carlos Eilert** disse para a Conselheira Maria Luiza Ortiz que caso ela fique
57 'policinando' se o contato foi feito ou não colocará em descrédito a Secretaria Executiva e todos os
58 funcionários. Disse que recebeu a ligação, mas falou que não poderia participar por que estaria viajando, no
59 entanto encaminhou e-mail perguntando o porquê desta data. Disse que gostaria de saber sobre a data em
60 que será realizado o terceiro módulo. **Magaly de Souza** disse ao Conselheiro Carlos Eilert que o
61 monitoramento do contato pela Conselheira, não a colocaria em descrédito de forma alguma e em momento
62 algum. Disse que a equipe da Secretaria Executiva sempre reporta ao Coordenador de Comissão seja
63 Permanente ou Especial o estabelecimento de contato sobre determinada reunião, se o mesmo fora efetivado
64 ou não, de que forma e por que, com vistas a garantir o quorum e a presença. **Conselheiro Leandro Zitelli**
65 lembrou que quem faz parte do Grupo de Aglomerado Urbano tem reunião no dia 10 de outubro. **Conselheiro**
66 **Joacy Leopoldino** perguntou se a pesquisa apresentada pelo Conselheiro Fabiano Borges foi executada pela
67 ESP com parceria do Hospital do Câncer. **Conselheiro Fabiano Borges** disse que a pesquisa é da
68 Secretaria. Disse que ela é fruto da sua dissertação de mestrado. O Conselheiro solicitou inversão da pauta
69 que trata sobre o concurso público. Que a mesma fosse adiantada para o segundo ponto e não como quarto
70 como estava prevista. Justificou que hoje vários servidores do CERMAC, estarão na Superintendência de
71 Gestão de Pessoas e a equipe da SGP precisa retornar à SES para prestar atendimento aos mesmos.
72 **Conselheira Maria Aparecida** em relação à mesma pauta, em nome da Comissão de Recursos Humanos,
73 estava pedindo a sua retirada. Justificou que os membros da Comissão gostariam de discuti-la antes com a
74 Superintendência para trazer seu posicionamento para o Pleno. Disse que a cerca de um ano, o Conselho
75 solicitou lotacionograma para poder discutir a realização do concurso em cima das necessidades. A Comissão
76 ainda encaminha que a matéria seja encaminhada para a próxima reunião ordinária e até lá a mesma fará
77 reuniões com a gestão e encaminhará a matéria ao Pleno fundamentada em um estudo. Disse que para isso
78 é que o Pleno tem comissões específicas. **Conselheiro Ambrosio Moreira** disse que a Comissão, órgão de
79 assessoramento do Pleno, deve encaminhar a matéria com parecer para que o Pleno delibere. **Conselheiro**
80 **Fabiano Borges** solicitou que a Superintendente de Gestão de Pessoas se manifestasse para que os
81 Conselheiros pudessem fazer melhor juízo a respeito dos encaminhamentos. **Iandry Brito** disse que não foi
82 feito estudo aprofundado e com tempo para analisar as características da Secretaria de Saúde e o Pacto pela

2



SUS

Sistema
Único
de Saúde

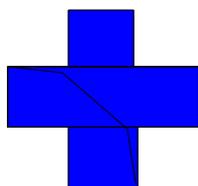
Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

83 Saúde. Disse que o trabalho que tem é uma prévia, em razão de determinação da Casa Civil, que em 20 de
84 agosto solicitou que até o dia 30 de agosto estivesse na mesa do senhor Novack, Secretário-Chefe da Casa
85 Civil. Disse que o prazo foi prorrogado e, salvo engano, encaminhado no dia 17 para o Secretário de Saúde
86 que já remeteu à Casa Civil. Disse que utilizou um instrumento e que iria apresentar ao Pleno como foi feito o
87 levantamento da necessidade de profissionais e como chegaram a este resultado. Reiterou que realizou
88 apenas estudo prévio para garantir que a SES entrasse na demanda de concursos que vai ser geral para o
89 Estado. **Conselheiro Fabiano Borges** disse que defenderia a manutenção da pauta, pois a SGP está
90 preparada para apresentar e em respeito a ela. **Conselheira Alzita Leão** disse que quem autorizou para que
91 se faça concurso público para a SES foi o Pleno do Conselho. Refletiu que fora solicitado levantamento e não
92 foi entregue e agora a SGP irá apresentar as necessidades completas. **Conselheiro João Dourado** orientou
93 que caso seja votado pela retirada que o estudo da Superintendência seja remetido para a Comissão de
94 Recursos Humanos para avaliação e apresentação na próxima reunião ordinária em primeiro ponto.
95 Aprovado. **Presidente** colocou em votação e o Pleno aprovou pela retirada da pauta, conforme
96 encaminhamento da Comissão de Recursos Humanos. **Conselheiro João Dourado** solicitou que o Conselho
97 encaminhe ofício para a Gestão (da SES) solicitando que esta solicite (a Casa Civil) prorrogação do
98 encaminhamento do levantamento das necessidades, tendo em vista que o Colegiado retirou a matéria de
99 pauta, pois necessita fazer melhor análise. Aprovado. **Conselheira Maria Aparecida** ressaltou,
100 complementando a fala do Conselheiro, que o Conselho no contexto hierárquico é supremo. Se a
101 Superintendência já fez o encaminhamento do levantamento, disse que vamos reiterar através de documento
102 deste Pleno, que é composto por entidades civis e que tem reconhecimento institucional. **Presidente** solicitou
103 que todas as deliberações das reuniões do Pleno fossem publicizadas em um painel da SES, pela Assessoria
104 de Comunicação do Conselho. Aprovado. A seguir, iniciamos nosso primeiro ponto de **PAUTA: Vigilância em**
105 **Saúde Ambiental: Apresentação, discussão e encaminhamentos do Programa Estadual de Vigilância e**
106 **Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano** - A apresentação ficou sob a responsabilidade da
107 **senhora Vera Lúcia**, técnica da Coordenadoria de Vigilância em Saúde Ambiental. Iniciou informando que a
108 Coordenadoria resolveu solicitar a apresentação desta pauta, pois vários conselheiros procuraram o setor
109 questionando alguns itens. Disse que o VIGIAGUA é um programa nacional que é a Vigilância da Qualidade
110 da Água para Consumo Humano, responsabilidade da SES. Que as diretrizes do SUS estão inseridas no
111 Programa, pois temos que garantir acesso a água de qualidade, respeitar as diferentes culturas e economias,
112 desenvolver a promoção da saúde e a participação do controle social. Estas diretrizes para o VIGIAGUA é
113 muito importante, por que tem muitas pessoas que acreditam que a água, como está debaixo da terra, não
114 tem tanta importância. Estão viajando pelo Programa e ainda encontram gestores municipais com este ponto
115 de vista. Disse que a participação do controle social é importante, que os Conselhos têm 'barganha em suas
116 mãos', mas não sabem disso. Algumas Secretarias Municipais de Saúde tomam conta da água e isto não é
117 possível, pois, refletiu, se elas são os auditores dessa água como vão tomar conta dela. Disse que
118 participaram de reunião com os Conselheiros Municipais de Saúde de São Felix e que os mesmos
119 deliberaram por retirar da SMS a responsabilidade pela água e o prefeito colocou a mesma sob a
120 responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras. Solicitou que os Conselheiros pudessem colaborar neste
121 sentido quando realizam reuniões de monitoramento com os Conselhos Municipais. Disse que a Vigilância da
122 Qualidade da Água começa desde a Constituição Federal, artigo 196 e artigo 200, inciso VI. Portanto, é uma
123 responsabilidade do setor saúde fiscalizar a qualidade da água para consumo humano. Quanto aos

3



SUS

Sistema
Único
de Saúde

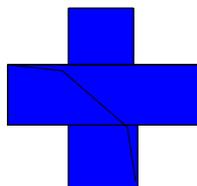
Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

124 mananciais a responsabilidade de fiscalização é do órgão ambiental. Disse que na Lei Orgânica n.º 8080,
125 artigo 6º, inciso VIII dispõe que a fiscalização e inspeção de alimentos e água também são um dos
126 componentes que estão na competência do SUS. A história da água voltada para consumo humano tem início
127 em 1974, ano em que foi criado o Setor de Ecologia Humana e Meio Ambiente. Posteriormente, em 1977
128 através de decreto federal ficou estabelecido padrões para a qualidade da água. Em 2004, a Portaria
129 Ministerial n.º 518, que ainda está em vigor, dispõe sobre algumas definições sobre responsabilidade do setor
130 saúde e operacionalização e assegurando a questão da qualidade da água. Informou que em 2009 esta
131 portaria deverá ser revista. Disse que os Ministérios da Cidade, do Meio Ambiente e da Saúde contemplou 74
132 municípios do Estado para participar de pesquisa sobre a situação da água. Embora a legislação seja única,
133 não podemos comparar nosso sistema com o do Estado de São Paulo, por exemplo. Em 2005, o Decreto
134 n.º 5440, dispõe sobre a informação ao consumidor. Disse que os técnicos consideraram o decreto como
135 avanço, pois tanto as operadoras, o gestor municipal como o gestor saúde tem o dever de informar a
136 população sobre a água que ela está consumindo. Disse que em relação aos demais estados, Mato Grosso
137 está na frente na questão dessa vigilância. Disse que o grupo técnico foi convidado para apresentar as
138 experiências bem-sucedidas deste trabalho. Que são sabedores das deficiências dos serviços de
139 esgotamento sanitário e da contaminação dos mananciais e que hoje recebeu do órgão ambiental o estudo
140 que realizaram dos mananciais e das praias do estado. As praias mais frequentadas estão impróprias para o
141 consumo humano, sendo elas: Bom-Sucesso, Santo Antonio, São Gonçalo e Praia Grande. Alertou que a
142 maioria da captação da água é retirada destes locais. Falou sobre a utilização não segura da água. Disse que
143 o indicador mais importante é a microbiológica da água. Disse que a coloração da água pode não ser a
144 ideal. Para o setor saúde o microorganismo patogênico, que vai trazer a doença, é importante. Disse que está
145 cobrando dos gestores esta questão, dado que o papel da vigilância é trabalhar para que a pessoa não
146 adoença. Disse que os dados do SISAGUA com o do MTDA, não são condizentes, pois os municípios com
147 maior índice de diarreia são aqueles que fazem maior índice de vigilância. O conceito da vigilância em saúde
148 é o acompanhamento contínuo de eventos adversos à saúde. Disse que esta vigilância é feita desde onde se
149 capta a água até nas residências, da água que está sendo consumida. Disse que um dos propósitos é
150 aprimorar as medidas de controle, coleta sistemática da informação. Disse que todo este trabalho busca
151 integrar as diversas áreas, ambiental, epidemiológica, sanitária, laboratorial e Ministério Público. Disse que a
152 responsabilidade do setor saúde, conforme a portaria é fazer vigilância, que significa uma auditoria em cima
153 do controle e quem realiza este controle é a prestadora de serviço. Disse que em nosso estado existem
154 sistemas municipais de abastecimento de água e outros que trabalham sob concessão. Disse que a legislação
155 esclarece que não importa se o município é a concessão, pois a responsabilidade é do gestor, no caso o
156 prefeito. Ressaltou que o programa possui cadastro, controle e vigilância. Disse que em 2007 este Conselho
157 deve ter discutido a descentralização dos laboratórios de baixa complexidade, por isso solicitou apoio do
158 Colegiado na implantação. Disse que o MT-Laboratório não tem condições de realizar os laudos laboratoriais
159 para os 141 municípios. Disse que o MS pactuou com o estado para os municípios acima de 100 mil
160 habitantes, por isso o MT-Laboratório está garantindo para os quatro municípios 100% na vigilância. Para os
161 demais estão fazendo uma amostra que não é a representativa. No entanto, caso haja a descentralização,
162 sem dúvida, este trabalho vai ser realizado pelos Pólos Regionais. Disse que seria importante nas reuniões
163 das CIB-Regionais fossem sensibilizados os gestores para que isso saia do papel. O Coordenador de
164 Vigilância Ambiental, **senhor Oberdan**, disse que a SANECAP é uma operadora, concessão, responsável por

4



SUS

Sistema
Único
de Saúde

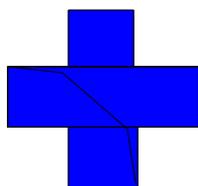
Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

165 tratar a água que é captada e levada até a população e que existem várias formas desta água ser levada até
166 a população. A **senhora Vera Lúcia** prosseguiu ressaltando que o objetivo do programa é garantir acesso a
167 água em qualidade e quantidade, atendendo uma legislação para a promoção da saúde. Disse que as ações
168 básicas e rotineiras compreendem ações de: informação que são de levantamento de dados através de
169 cadastro e alimentado no SISAGUA; executiva que são as inspeções das análises e avaliação e inquéritos de
170 investigação; e de gerenciamento de risco que compreende a adoção de medidas das não conformidades.
171 Disse que a parceria com o Ministério Público é para fazer o gestor cumprir com a legislação. Por fim, disse
172 que desenvolvem atividades de educação em saúde, principalmente na zona rural junto aos PSF e fazem
173 distribuição dos hipocloritos. Disse que o trabalho da vigilância é uma gota no oceano, mas que ela é
174 essencial. Acredita que com a colaboração e esforço dos conselheiros daqui a dois anos o Estado de Mato
175 Grosso poderá ser referência para o Ministério da Saúde. Abrindo os debates, **Conselheira Leila Boabaid**
176 parabenizou o senhor Oberdan e a senhora Vera Lúcia pelo incessante trabalho que vem desenvolvendo
177 frente à questão da qualidade da água para consumo humano. Disse que no ERS da Baixada Cuiabana já se
178 apropriou do conhecimento da base legal. Disse que esta é uma questão preocupante, pois Nostradamus
179 colocava em suas profecias a água como ouro branco. Disse que teve a oportunidade de participar das
180 Conferências Municipais e num dos eixos temáticos tratou sobre a qualidade da água e que os municípios
181 demonstraram interesse nesta matéria. Disse que ninguém sabe de quem é a responsabilidade da água. Em
182 municípios pequenos, os vereadores estão aprovando autorizações de concessão de terceirização da água;
183 em Cuiabá isso foi coibido. Disse que este Conselho pode contribuir se apropriando das informações e como
184 estratégias levar aos CMS para desencadear as discussões e que a Portaria n.º518 é muito fácil de ser
185 compreendida. Disse que temos que trabalhar em função da descentralização da água e que Várzea Grande
186 vai montar laboratório para atender a demanda da região. Disse que no ERS tem a felicidade de ter a
187 Engenheira Sanitarista Dulcilene Strobel, Gerente de Vigilância em Saúde, que tem profundo conhecimento
188 sobre a qualidade da água para consumo humano. **Conselheiro Jacy Leopoldino** parabenizou a equipe da
189 Vigilância Ambiente e informou que neste final de semana esteve participando de oficina de planejamento de
190 estratégia de trabalho para padronização dos serviços oferecidos aos municípios, envolvendo os ERS e
191 equipe multidisciplinar. Disse que devemos apoiar as ações de padronização de dados para organização,
192 principalmente da SES. Disse que o gráfico sobre esgotamento sanitário estava muito bem colocado, pois são
193 os esgotos que contaminam o lençol freático. Solicitou que fosse esclarecida a figura dos prestadores, quem
194 são eles. Perguntou se a SEMA entraria como controle dos prestadores de serviços de saneamento. Disse
195 que é muito perigoso usar a palavra 'garantia' na questão do acesso a qualidade da água. Haja vista que
196 fizeram inspeção na água de consumo humano de Várzea Grande e a mesma apresentou coliformes fecais.
197 **Conselheiro Carlos Eilert** perguntou quem audita os resultados da água e especificamente quem audita as
198 águas de garrafões, pois neles não constam as informações como a pureza da água. Disse que a Água não é
199 mineral é de bica e toda a responsabilidade de quem mora na Chapada 'joga na água da Lebrinha'. Disse
200 que ela (a bica das moças) fica mais embaixo e não sabe como vêm as fossas. **Vera Lúcia** disse que existe a
201 parceria com a SEMA no âmbito extra-SUS e que a SES tem assento no Conselho de Recursos Hídricos
202 reiterando que a responsabilidade do órgão ambiental é de monitoramento nos mananciais e que os
203 municípios captam água desses rios. Ressaltou que as análises das águas são feitas pelo MT-Laboratório ou
204 pelo Laboratório de Fronteiras de Cáceres. Disse que em Cuiabá o controle, a SANECAP, tem que fazer mais
205 de 360 amostras/mês para detectar turbidez, por exemplo. Disse que para o setor saúde 53 amostras são

5



SUS

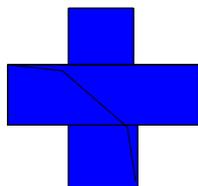
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

206 suficientes para realizar auditoria em cima do controle. Com relação aos coliformes são necessárias 40
207 amostra/mês que o MT-Laboratório faz para Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e Sinop(municípios acima
208 de 100mil habitantes). **Senhor Oberdan** sobre a responsabilidade de fazer análise de auditoria, disse que
209 são dos municípios e quem fazer o controle é quem presta o serviço. Disse que existem três tipos de análise a
210 de baixa, média e alta complexidade. As de baixa complexidade que consistem em ph, turbidez e cloro têm
211 que ser realizada pelo laboratório municipal, da Vigilância Municipal, no entanto, isso ainda não existe e
212 atravessa o trabalho do estado que tem a responsabilidade sobre a média e alta complexidade. Sendo que na
213 média o estado tem a responsabilidade de verificar agrotóxicos na água, e metais pesados na alta
214 complexidade. Disse que não conseguem fazer estas análises, por que o Laboratório vive abarrotado de
215 análises de baixa complexidade. Disse que não sabe qual é o risco destas complexidades (média e alta), pois
216 o estado não tem capacidade de fazê-las, enquanto estiver envolvido com a responsabilidade que é
217 municipal (baixa). **Vera Lúcia** disse que 80% dos municípios do estado estão abaixo de 30 mil habitantes. Em
218 sua opinião, ter um laboratório em cada município vai ser em longo prazo. A saída é a implantação de
219 laboratórios descentralizados em oito pontos estratégicos, em caráter de urgência. **Senhor Oberdan** disse
220 que a informação sobre a qualidade da água chega até os municípios mensalmente conforme descrita na
221 conta de água. Quanto às águas dos garrafões a responsabilidade é da Vigilância Sanitária. **Conselheiro**
222 **Carlos Eilert** disse que gostaria de saber sobre o ph, pois sempre é 4.2. **Vera Lúcia** disse que a fiscalização
223 das águas envasadas, potável de mesa ou mineral, são de responsabilidade da VISA. E ela realiza
224 fiscalização e monitoramento junto com os ERS. Disse que fazem a fiscalização da água, mas ela é
225 engarrafada e pode ser contaminada no decorrer, seja no bebedouro doméstico ou na distribuidora. Disse que
226 os municípios é quem fiscaliza todos os pontos de venda. **Conselheiro Jose Carlos Bazan** disse que a
227 Salgadeira é um ponto turístico e que a previsão é a passagem de 172 mil pessoas neste ano. Disse que nas
228 análises iniciais da água foram constatadas trinta coliformes fecais e segundo a vigilância não eram de
229 humanos. Disse para a Conselheira Leila Boabaid que o trabalho da vigilância não foi eficiente, por que ela
230 monitorou apenas a água que vinte e três pessoas bebem e que apresentou os coliformes acima. Na água do
231 abastecimento dos restaurantes não foi feito nenhum controle e análise. Disse que não viu o resultado da
232 SEMA. Disse que a Cachoeirinha tinha a presença de 600 coliformes fecais e é balneável. Disse que no
233 Conselho Nacional de Meio Ambiente aumentou o parâmetro de 600 para 800 coliformes fecais para área
234 poder ser considerada imprópria para banho. Que mesmo tendo subido o parâmetro os rios de Mato Grosso
235 ainda não conseguem ser balneáveis. Disse que na região do Paciência englobando os Rios Claro, Mutuca e
236 Dos Peixes entraram na fase de não balneável. Perguntou como isso pode ser resolvido. **Conselheira Maria**
237 **Luiza Ortiz** parabenizou a equipe e disse que precisamos reagendar a pauta sobre as mudanças climáticas.
238 Disse que se preocupa com o monitoramento sobre os metais pesados e agrotóxicos. Perguntou quais são os
239 critérios para o credenciamento dos prestadores nos municípios e que quais são as pesquisas que estão
240 sendo desenvolvidas. Sugeriu que as informações sobre a qualidade da água, embora esteja descrita na
241 conta, fossem divulgadas através da mídia, TV Assembleia, rádios comunitárias e outros. **Conselheiro**
242 **Orlando Francisco** parabenizou o trabalho da equipe. Disse que já cortou um garrafão de água e constatou a
243 grande quantidade de lodo, que não sabe a quem denunciar e que está difícil saber quem é o gestor
244 responsável. Disse que embora Cuiabá não esteja privatizada não sabemos quem responde pela atividade-
245 fim que é a mercadoria (água). Reiterou que falta a informação de como é feita a limpeza e higienização dos
246 galões antes da água ser engarrafada. Disse que em Primavera do Leste e Campo Verde tiveram denúncia



SUS

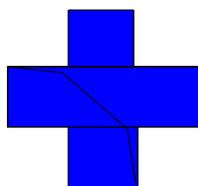
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

247 sobre de quem seria a responsabilidade meio e fim sobre a mercadoria. **Conselheira Alzita Leão** disse que o
248 trabalho da equipe é muito importante. Disse que em 1998 foi realizado concurso público para laboratórios de
249 fronteiras e foram oferecidas vagas para técnico e auxiliar de laboratório e farmacêutico-bioquímico. Disse que
250 como fora dito que o ideal seria acrescentar mais laboratório de fronteira, perguntou se a Vigilância Sanitária
251 ou a Superintendência fez esta solicitação ao recurso humano. **Vera Lúcia** disse para a Conselheira que não
252 tinha citado acrescentar mais laboratório de fronteira, justamente por que não pode. Disse que o laboratório
253 de Cáceres está abrangendo todos os municípios do ERS Pontes e Lacerda e de Cáceres totalizando quase
254 23 municípios. Disse que quanto aos oito laboratórios a que se referiu faz parte de um estudo realizado em
255 2002 que verificou que algumas ações deveriam ser descentralizadas em determinados pontos estratégicos,
256 que seriam os Laboratórios Regionais – Larens. Disse que os municípios têm recursos humanos e que o MT-
257 Laboratório capacitariam estes profissionais. Para que este estudo se efetive resta que seja feita a
258 sensibilização dos gestores e que este Conselho pode estar contribuindo com isto. Quanto às questões
259 apontadas acerca de solicitação de mais recursos humanos disse que o pessoal do MT-Laboratório é quem
260 poderia melhor dizer sobre isso. **Conselheira Alzita Leão** disse que observou no levantamento de
261 necessidades foram solicitados vinte e seis farmacêutico-bioquímico, três farmacêuticos, um bioquímico e
262 quatro químicos, por isso tinha perguntado se a Vigilância Sanitária havia solicitado. **Vera Lúcia** disse que
263 estas necessidades não são para o Laboratório, mas para ação de execução. **Senhor Oberdan** disse que a
264 Vigilância Ambiental faz a gestão do Programa e por isso pediram para o RH os seguintes perfis: Engenheiro
265 Químico e Engenheiro Sanitarista. **Vera Lúcia** disse para o Conselheiro Jose Carlos Bazan que a análise da
266 balneabilidade da Salgadeira foi considerada excelente. Disse que cabem as vigilâncias de cada município
267 fazer as fiscalizações e orientações. **Conselheiro Jose Carlos Bazan** disse que lá (na salgadeira) tem uma
268 caixa de água de 23 mil litros que serve para 23 pessoas e que o ponto de coleta dessa água é comum para
269 todos, nove famílias, quatro restaurantes e duas chácaras. Embora o ponto seja comum cada um tem sua
270 linha e que a análise foi feita no ponto de entrada e de saída da caixa. Disse que os fiscais deveriam ter feito
271 a mesma coisa nos restaurantes. **Vera Lúcia** quanto a questão do hipoclorito, disse que para cada litro de
272 água são necessárias duas gotas, isto para ingerir. Para lavar as verduras é necessária uma colher. Solicitou
273 que o Conselheiro cobrasse do ERS da Baixada a planilha que orienta esta questão. **Vera Lúcia** quanto a
274 pesquisa de metais pesados e agrotóxicos, disse que é um trabalho que estão querendo realizar junto com os
275 Departamentos de Química e Engenharia Sanitária, da UFMT. Quanto as águas envasadas, disse que nós
276 próprios contaminamos os garrafões, colocando neles outros produtos, tais como, leite, gasolina e outros.
277 Disse que quanto a aparência dos garrafões, o consumidor pode reclamar e não aceitar o vasilhame, pois as
278 empresas tem um setor que é responsável por isso. Disse que quando o garrafão chegar à residência do
279 consumidor muito riscado ele não deve aceitar, pois com esta atitude estarão colaborando com a Vigilância
280 Sanitária. **Conselheiro Carlos Eilert** disse que a inspeção do garrafão, na empresa, é feita no nariz.
281 **Conselheiro Joacy Leopoldino** disse que a situação do garrafão é muito séria. Disse que quando estava
282 fazendo especialização, visitou o necrotério do pronto-socorro e encontrou cerca de 20 garrafões.
283 **Conselheiro Jose Carlos Bazan** solicitou mais esclarecimentos sobre os oito kits disponibilizados pelo
284 Ministério da Saúde. **Vera Lúcia** respondeu dizendo que cada kit contém: computador, alto-clave, estufa,
285 turbidímetro e fluorímetro. Estes equipamentos estão no MT-Laboratório sob a responsabilidade deste. Disse
286 um kit foi repassado para a região de Vila Rica, outro deve ser repassado para Várzea Grande e os demais já
287 seriam outros locais onde seriam implantados os laboratórios conforme definido pela CIB. Reiterou que o



SUS

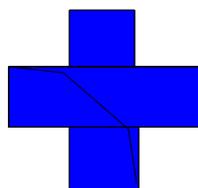
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

288 Conselho pode sensibilizar os gestores para que realizem o trabalho de vigilância para a qualidade da água.
289 Reiterou que as tabelas estão prontas e que todos os ERS tem o projeto. Quanto ao credenciamento a
290 operadora tem que fazer o controle em seu próprio laboratório. **Conselheiro Jose Carlos Bazan** disse que a
291 grande questão é a auditoria das análises das águas e que falta plano de incentivo para isso. Disse que
292 estamos aprovando diversos planos de incentivos que vem nas resoluções CIB. Disse que se os municípios
293 vão arcar com 100% dessa conta, mas vão receber os equipamentos e contratar recursos humanos. **Vera**
294 **Lúcia** disse que tudo são parcerias. Por exemplo, Várzea Grande já tem recursos financeiros e humanos.
295 **Conselheiro Jose Carlos Bazan** perguntou quanto a montagem 'desse corpo' que precisa ser distribuído
296 para as demais regiões para que realizem essa auditoria. **Vera Lúcia** citou o caso da região de Vila Rica,
297 ERS-Porto Alegre do Norte. Disse que num a reunião de CIB o município se candidatou para que fosse (as
298 auditorias) realizada em seu município, por que tinha melhor condições de localização, estrutura física e
299 recursos humanos. **Conselheiro Jose Carlos Bazan** ressaltou que não restam dúvidas da importância, mas
300 que temos que melhorar o entendimento da problemática do VIGIAGUA para poderem deliberar até por uma
301 resolução de um programa de incentivo para isso. **Vera Lúcia** disse que todos os municípios possuem teto
302 financeiro e nele uma das ações da pactuação, 4.1 vigilância da qualidade da água. Então ele está recebendo
303 dinheiro da federação mais a contrapartida municipal. **Conselheiro João Dourado** encaminhou que
304 independente do município receber incentivo federal o Estado pode estar incentivando financeiramente os
305 municípios que queiram apresentar projetos. **Senhor Oberdan** disse que o último PTA aprovado tem os
306 recursos para a Vigilância. Disse que vão começar programa de incentivo e depende o município fazer a
307 solicitação. Independente disso, todo o equipamento para trabalhar com água é muito caro e não existe teto
308 que dê conta. No entanto, para a baixa complexidade a situação é mais amena. Disse que a tendência é que
309 os municípios realizem através dos projetos e que a lógica é que os municípios maiores ajudem os menores a
310 realizar estas atividades. Disse que irão adquirir ainda este ano o equipamento para as análises dos metais
311 pesados. **Conselheiro Fabiano Borges** disse que no PTA os recursos aprovados para a vigilância foram de
312 cerca de 500mil reais para projetos dos municípios visando fortalecimento da vigilância. **Presidente** disse que
313 todos estão esclarecidos que existem recursos aprovados no PTA para incentivar os municípios a realizarem
314 projetos nesta área. Disse que o encaminhamento geral é pela sensibilização dos gestores municipais para
315 que eles encaminhem os projetos para a gestão estadual. **Senhor Oberdan**, contribuindo, encaminhou que a
316 sensibilização fosse para que os municípios de cada região se unam para que o destino de um seja partilhado
317 por todos, através de um pacto regional. **Conselheira Maria Cândida** encaminhou que este tema fosse
318 contemplado como sub-tema na V Plenária, pois teremos a presença da maioria dos Conselheiros Municipais
319 de Saúde do Estado. **Conselheira Leila Boabaid** encaminhou que fossem sensibilizados para que eles
320 pactuem regionalmente a implantação dos laboratórios regionais. Ressaltou que estava fazendo este
321 encaminhamento por que a gestão tem um instrumento que se chama CIB-Regional onde pactuam a forma
322 como vão implantar o laboratório. **Conselheiro Joacy Leopoldino** disse que o encaminhamento da
323 Conselheira Leila Boabaid contrapõe o outro encaminhamento, da Conselheira Maria Cândida, que visa
324 socializar o debate com o controle social na V Plenária. Ressaltou que a área técnica veio a este Pleno
325 solicitar o apoio do controle social e deveriam ter feito isso quando lançaram o Programa. **Conselheira Leila**
326 **Boabaid** disse que um encaminhamento não inviabiliza o outro. **Presidente** solicitou a Conselheira que fosse
327 esclarecida a questão da sensibilização. Encaminhou para votação que o Conselho Estadual de Saúde nas
328 suas reuniões com os Conselhos Municipais de Saúde sensibilize os Conselheiros e gestores para que realize

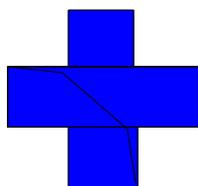




GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

329 a pactuação regional para a implantação dos laboratórios e que a descentralização da análise de águas a
330 nível regional fosse discutido como sub-tema na V Plenária. Aprovado por unanimidade. **Ouvidoria Geral do**
331 **SUS/CES/MT: Apresentação, discussão e votação dos processos protocolados - Edna Marlene** disse
332 que estamos tendo descrédito tendo em vista a demora das respostas para a resolutividade dos casos e
333 quase todos os que tem sido encaminhado pela Ouvidoria tem sido indeferidos resultando em liminares
334 judiciais. Disse que a Ouvidoria está trabalhando obedecendo ao PDR, por isso cobra os gestores e os
335 Conselhos Municipais de Saúde. Disse que este Pleno tem que cobrar aquilo que estão pactuando, pois
336 muitos casos que deveriam ser resolvidos nas regiões estão sendo encaminhados para Cuiabá. Disse que
337 muitos desses casos não estão sendo resolvidos em Cuiabá. A Ouvidoria Geral do SUS está recebendo
338 demandas de diversas Ouvidorias, dentre elas da Ouvidoria do Ministério da Saúde, do sistema Se Ligue na
339 Saúde, da Ouvidoria da Central de Regulação, da Ouvidoria Setorial da Casa Civil, das Ouvidorias Municipais
340 de Alta Floresta, Água Boa, Rondonópolis e Primavera do Leste e as demandas dos hospitais Julio Muller e do
341 Geral Universitário. Apresentou levantamento de demandas por Escritório Regional de Saúde, totalizando 484
342 processos. Observou que tem grande número de respostas da Baixada Cuiabana, da região de Cáceres,
343 Juína, Rondonópolis, Sinop e Tangará da Serra. Dos 1.361 processos, tem em aberto 567 de situações
344 graves sem resposta, quer seja do estado ou município. Disse que os usuários ligam várias vezes cobrando
345 resposta e por falta dela o mesmo denuncia para o Ministério Público e imprensa. Disse que se trata de
346 situações que a Ouvidoria tenta conseguir respostas nos setores competentes que algumas são respondidas
347 de forma rápida, outras os pacientes chegam a ficar sequelados e não resta mais nada a fazer. Apresentou
348 quadro de demandas reprimidas por tipo de manifestação. Disse que as principais se referem a
349 medicamentos, fora de portaria e aqueles que estão dentro da portaria, mas que a gestão está conseguindo
350 comprar. Os medicamentos são para: osteoporose, glaucoma, Alzheimer, Parkinson e outros. As outras
351 demandas reprimidas se referem a ortopedia, neurologia, endocrinologia e outras especialidades que a
352 Ouvidoria não consegue obter resposta de atendimento para o usuário. Disse que os pacientes que procuram
353 a Ouvidoria são portadores de patologias graves e chegam a ficar revoltados por que nem mesmo respostas
354 estão conseguindo obter. Apresentou quadro de demandas reprimidas das consultas: angioplastia,
355 dermatologia, endocrinologia, infectologia, nefrologia, neurocirurgia, ortopedia, traumatologia,
356 otorrinolaringologia, proctologia, reumatologia dentre as que mais estão surgindo e que estão sem resposta.
357 Quanto às demandas reprimidas de cirurgias eletivas, disse que já não tem acesso as mesmas demandas
358 tanto no nível municipal quanto estadual. Disse que em uma audiência no MP, que debateu ortopedia, ficou
359 sabendo que eram 1666 casos desta especialidade para cirurgia eletiva. Quanto as demandas reprimidas de
360 exames, disse que os pacientes não estão conseguindo acesso até para ultrassom, mas se observarmos o
361 PDR e as pactuações, veremos que os municípios deveriam estar realizando. Quanto às informações do
362 Sistema Se Ligue na Saúde, disse que foram 705 situações protocoladas, que variam de falta de leito de UTI,
363 exames, cirurgias, TFD, denúncias sobre policlínicas, pronto-socorro de Cuiabá e Várzea Grande e outros;
364 488 ligações que são as informações do Se Ligue, na reorientação dos pacientes e que não gerou processo.
365 Disse que a Ouvidoria vai ter seu espaço físico ampliado e por isso está solicitando a garantia de melhorar
366 este serviço que atua de forma precarizada, por exemplo, as ligações não são gravadas. Disse que também
367 há necessidade de instalar na Ouvidoria um PABX para centralizar as ligações, pois a maior demanda
368 atendida são por telefone. Disse que em 2007 recebeu cinco mil e oitocentas ligações, das quais 1053
369 geraram processo. A Ouvidoria trabalhou muito em relação a informação, encaminhamento e orientação.

9



SUS

Sistema
Único
de Saúde

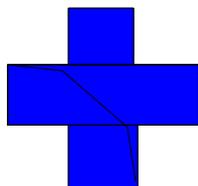
Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

370 Disse que depois da publicação do último decreto de reestruturação da SES, disse que encaminha uma
371 situação de paciente do interior, cuja referência é Cuiabá, o município encaminha para um e outro lugar, faz
372 uma osteomielite e devolve para a OG com o parecer: '*devolvo para você por que é estado e tem que mandar*
373 *para o Sara Kubistchek*'. A Ouvidora informou que este hospital não aceita paciente com escaras. Neste
374 momento, apresentou no Pleno slide da situação em que se encontrava o paciente. Disse que este é apenas
375 um exemplo de tantas situações que a Ouvidoria Geral vivencia. Encaminhou que as situações em que não
376 obtiverem respostas, do estado e do município, que a Ouvidoria possa elencar e encaminhar para o Ministério
377 Público de forma coletiva. Justificou que o problema está ficando na Ouvidoria, pois o processo está tramitado
378 e registrado lá e sem ter a resposta para informar o paciente. Ressaltou que como o setor responsável não
379 está respondendo a Ouvidoria não tem informação para o cidadão. Infelizmente, hoje é a situação que está
380 sendo vivenciada. Disse que o trabalho de visita aos Hospitais Regionais e consórcios pode apontar um novo
381 caminho e que a Ouvidoria pretende se aproximar do Controle e Avaliação. Disse que na última sexta-feira
382 esteve na SMS de Cuiabá, pois havia paciente do interior com risco de vida no pronto-socorro. Informou que
383 caso seja feita visita no quarto andar poderão constatar os graves problemas que lá existe. Tem processo na
384 OG de paciente que está lá há quinze dias precisando de leito de UTI, que encaminhou para o setor
385 competente e não obteve resposta. Disse que lá (pronto-socorro) tem paciente que deveria estar no
386 isolamento, mas está na enfermaria adquirindo outras doenças. Quanto a visita na SMS disse que não fora
387 recebida pelo gestor, apenas foi informada que todas as demandas da Ouvidoria Geral, do interior, deveriam
388 ser encaminhadas para o senhor Luiz Soares, Secretário Municipal de Saúde de Cuiabá. Disse que esta
389 rotina de encaminhamento está sendo feita e que caberá a Ouvidoria do Município responder para a Ouvidoria
390 Geral do SUS, segundo informação recebida. Disse que a equipe técnica da Ouvidoria esteve reunida com o
391 Secretário de Saúde e colocou que encaminharão aquilo que for de responsabilidade estadual, para o estado,
392 pois alguém tem que responder. Disse que a Ouvidoria Geral foi denunciada no Ministério da Saúde, sobre
393 uma situação grave de ortopedia, paciente de Confresa, cujo processo ainda está na Central de Regulação
394 sem resposta. Informou que a equipe da Ouvidoria vai atrás das respostas, quando as obtém, na maioria das
395 vezes, não agrada o cidadão que acaba recorrendo ao Ministério Público. Disse que há a informação extra-
396 oficial que alguém está judicializando a saúde e querendo furar fluxo na Central de Regulação, disse que,
397 neste caso, tem sido a Ouvidoria por que das situações graves gostaria de pelo menos obter resposta para
398 informar os usuários. **Presidente** perguntou para a Ouvidora se a mesma tem conhecimento que existe na
399 SES um setor para atender apenas as demandas judiciais. **Edna Marlene** disse que sim, ele atende somente
400 a processos judiciais. Inclusive sua localização é próxima da sala do Conselho, informou. Finalizou dizendo
401 que em relação ao município de Cuiabá, não está conseguindo se reunir com a equipe técnica; e quanto ao
402 estado, precisa saber qual é o setor da SES que vai respaldar a Ouvidoria na questão da gestão destas
403 situações, se a Superintendência de Atenção Integral à Saúde ou a Secretaria de Gestão Estratégica à
404 Saúde. Para responder ao questionamento da Ouvidora, a **senhora Joice Pinho**, disse que acredita que tem
405 que responder quando a Ouvidoria interfere e tem uma justiça em cima é a gestão máxima, a gestão da
406 atenção à saúde. Disse que a SAS responde tecnicamente, não pode agir. Reiterou que quem pode intervir é
407 o gestor maior. Refletiu que existe muita coisa errada no SUS, por isso temos que começar na base. Disse
408 que os Conselheiros nos municípios são esta base. Precisam fazer com que os municípios cumpram o seu
409 dever de casa que não estão cumprindo. Disse que é muito fácil passar (o problema) para frente. Disse que
410 viu coisas (no slide) que não deveria estar chegando para Cuiabá e nem para a Ouvidoria. Disse que o pacto

10



SUS

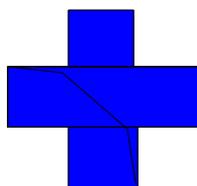
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

411 foi bom em um ponto, na PPI, mas ele não tem um instrumento legal que faça punir o gestor ou fazê-lo
412 cumprir o que ele pactuou. Disse que o Ministério da Saúde está interferindo nesta questão, para que tenha
413 um instrumento dentro da responsabilidade da vigilância, a responsabilidade sanitária. Disse que como ainda
414 não tem o instrumento para punir aqueles que não cumprem as responsabilidades ainda estão no meio do
415 caminho. Ressaltou que o SUS tem muito que crescer neste ponto. Os Conselheiros devem cobrar aquilo que
416 está assegurado nos contratos. Disse que Cuiabá tem processo de contratualização com os Hospitais
417 Universitários e de Ensino, com dois Hospitais Filantrópicos. Mas, perguntou, será que estes contratos estão
418 sendo vistoriados pelos Conselheiros; se estão acompanhando mensalmente as metas pactuadas. Abrindo os
419 debates, **Conselheira Maria Luiza Ortiz** disse que em inúmeras reuniões este Pleno já havia deliberado que
420 aquilo que não estava sendo cumprido deveria ser encaminhado para o Ministério Público. Disse que como
421 não tem mecanismo de punição, as questões devem ser encaminhadas para 'as vias de fato', ou seja, o
422 Ministério Público. **Conselheiro Carlos Eilert** disse que o senhor Luiz Soares, denunciou hoje as indústrias
423 dos escritórios de advocacia das liminares. Encaminhou que sejam informadas pela SES quantas liminares
424 atendeu ou sofreu este ano. Disse que o Conselho precisa ter esta informação. Disse que precisamos ter o
425 Ministério Público dentro da SES ou um advogado permanente na Ouvidoria, justamente para fazer os
426 encaminhamentos colocados pela Ouvidora. Disse para a Ouvidora que daqui a alguns dias ela é quem vai
427 acabar sendo processada. E quando isso acontecer, o Estado vai lhe dar um presente: o advogado vai dizer-
428 lhe que advoga para o estado e não para o servidor. Neste caso, assegurou, a Ouvidora vai ter que
429 desembolsar dinheiro do próprio bolso para se defender por que estava defendendo o estado. Disse que hoje
430 pela manhã alguns Sindicatos de categorias profissionais da saúde se reuniram para debater a saúde de
431 Cuiabá. Disse foi denunciado pelo Sindicato dos Enfermeiros que os leitos (do SUS) serão diminuídos na
432 Santa Casa, no Hospital do Câncer e no HGU, pois os mesmos estão cansados de não receber (do SUS) e o
433 Unimed-Fácil vai alugar os leitos destes três locais. Com relação a Regulação de Cuiabá, segundo
434 informações recebidas, está inexistente. Perguntou para Ouvidora onde ficou o serviço do 0800 diante na
435 nova reestruturação da SES. Disse que em visita ao Hospital Regional de Água Boa, verificou que existem
436 duas incubadoras infantis e há dois anos o estado deveria ter suprido a UTI Neo-natal. Reiterou que apenas
437 existem as duas incubadoras. **Conselheiro Joacy Leopoldino** disse que é desagradável conhecer os dados
438 trazidos pela Ouvidoria Geral do SUS. Disse que dentro do Sistema o Estado se constitui num poder virtual,
439 pois o ator principal é o município. Disse que neste papel o estado deve cumprir sua função de monitorar e
440 avaliar objetivando o cumprimento da legislação. Disse que devemos fortalecer a Ouvidoria do SUS que se
441 tornou a porta de entrada do usuário no Sistema. Disse que havia solicitado para o Pleno a reestruturação do
442 organograma do Conselho. Disse que a Ouvidora anda com caixas de processos em baixo do braço, está
443 sem apoio e boicotada por que está mostrando a insatisfação do cidadão. Assegurou que nem deste Pleno
444 ela recebe apoio. Disse que o Conselho ainda não tem assessoria jurídica própria para orientar a Ouvidoria
445 em como proceder diante das situações, denúncias e processos. Disse que devemos organizar a nossa casa,
446 oferecer à Ouvidoria estrutura física e psicológica, pois nem insalubridade a equipe recebe. **Conselheiro**
447 **Fabiano Borges** disse que como trabalhador do SUS estava parabenizando a Ouvidora pela sua
448 sensibilidade. Disse que o Conselho tem que ter noção exata de como as situações se encontra no Estado.
449 Disse que fica entristecido em conhecer os casos que chegam. Disse que o caminho não é procurar os
450 culpados, mas de encontrar soluções na mesa. Disse que temos um SUS tripartite e um pacto federativo.
451 Disse que embora haja esforços para resolução dos problemas, o poder do estado fica limitado, pois não tem

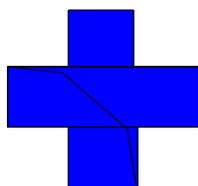




GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

452 como obrigar o gestor municipal fazer. Disse que a questão do financiamento é muito séria. Disse que de
453 acordo com estudo, 40% dos recursos que se gastam com saúde no país estão na rede pública e 60% na
454 rede privada. Disse que Mato Grosso está cumprindo o seu papel, com grande investimento nos consórcios
455 justamente para assegurar a média e alta complexidade. Disse um passo muito importante foi tomado por
456 este Conselho quando aprovou o projeto da estruturação das Ouvidorias. Disse que junto a isso deve
457 caminhar a sensibilização da gestão municipal para que ouça os seus Ouvidores. Por que assim ele vai evitar
458 o processo judicial e economizará. Discordou do Conselheiro Joacy Leopoldino, dizendo que a Ouvidoria
459 Geral recebe apoio. Falou que existe mito em relação à Regulação, pois ela não cria vaga, apenas disciplina e
460 regula. Disse que as vagas são dos municípios. Informou que a Coordenação de Regulação Estadual está
461 junto à Superintendência de Atenção Integral à Saúde. **Conselheiro Joacy Leopoldino**, que não funciona,
462 entrevistou. **Conselheiro Fabiano Borges** que existe e funciona, assegurou. **Conselheiro Joacy Leopoldino**
463 disse que o Conselheiro, então, poderia falar sobre a alta complexidade que é responsabilidade estadual.
464 **Conselheiro Fabiano Borges** reiterou que existe(a Regulação) que a equipe é muito responsável e que
465 acompanha. Disse que todos podem visita-la e conversar com a equipe, no segundo andar da SES. Disse que
466 faz a defesa enfática dos seus pares e que o SUS tem grandes desafios. Reiterou que não devemos imputar à
467 Regulação a oferta de vagas. Disse que as mudanças na SES foram sábias em relação a oferta e a disciplina
468 de vagas. Disse que temos muito a avançar. **Conselheiro Joacy Leopoldino** perguntou para o Conselheiro a
469 partir de quando será este avanço. **Conselheiro Fabiano Borges** disse que já estamos avançando e que
470 este governo tem avançado muito, no entanto, a reforma não é estardalhaço. Disse que este governo tem
471 feito reformas profundas, inclusive de gestão de saúde. Disse que o governo faz com seriedade, mas sem
472 pirotecnia. Disse que o que se vê muito no SUS é o lançamento de muitos eventos e projetos, porém sem
473 resolutividade. **Conselheira Maria Aparecida** disse que há alguns meses, o Setor de Mamografia do Hospital
474 Julio Muller informou que estavam sobrando mamografias no HUJM e que a Regulação não encaminha nem
475 aquelas que estão reguladas. Disse que o tem uma cota e não chegam os pacientes para realizarem as
476 mamografias. Disse que foram reclamar para saber o que estava acontecendo, pois do outro lado tem os
477 pacientes reclamando da falta do acesso. Disse que recentemente o HUJM ofereceu para pactuação cinco
478 leitos de pediatria e outros, que neste momento não saberia afirmar quais seriam. Disse que é servidora de
479 carreira da SES, está cedida para o HUJM, e ficou estarecida quando o Conselheiro Joacy Leopoldino
480 colocou que ficou admirado ao ver que no SUS tem profissionais qualificados. Reiterou que no SUS tem
481 excelentes profissionais qualificados, dedicados, militantes na área da saúde. Disse que esta questão é
482 política e de gestão e não sabe onde está o gargalo, mas sabe que ele existe. Disse que a Conselheira Maria
483 Cândida está certa quando fala do monopólio da medicina e entre outras questões que não estamos
484 conseguindo avançar. Disse que trabalha há vinte e cinco anos na ponta e o seu horário nunca foi igual ao do
485 médico. Disse que sempre chegou cedo e saia muito tarde e que nunca os colegas médicos cumpriam o
486 horário de trabalho. Nunca teve cinco fontes de pagamento, mas conhece pessoas que tem e que estão
487 dentro da gestão, dentro do SUS. Que estranhamente a política não é de atendimento; mas de mascarar o
488 que está aí. Disse que trabalha lá e tem conhecimento de pessoas que chegam sem regular. Sabe das
489 dificuldades, mas de um lado acompanha o discurso dos que não tem; e do outro o discurso que quem diz
490 que está ofertando, mas não compram. Citou como exemplo a questão dos lábios leporinos. As cirurgias que
491 estão sendo feitas HUJM não estão sendo pagas. Disse que o Conselho precisa discutir novamente e resolver
492 esta história. **Conselheiro Orlando Francisco** disse que a objetividade da apresentação lhe chamou a

12



SUS

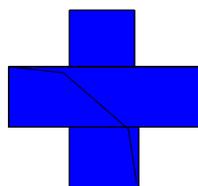
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

493 atenção para o Ministério Público. Disse que vê o Ministério Público como um 'elefante pesado'. Disse que os
494 trabalhadores da Educação fizeram uma denúncia, denunciando inclusive o MP, porque não é um órgão
495 independente, principalmente por ser o primeiro que não cumpre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Disse que
496 o MP está tendo dificuldade de atender as denúncias. Citou como exemplo o caso de vários prefeitos que
497 desviaram recursos do FUNDEB, foram denunciados, e hoje são legítimos candidatos. Disse que embora
498 ainda tenhamos dificuldades, o Conselho Estadual e os Conselhos Municipais e principalmente os
499 trabalhadores estão apagando os incêndios. Disse que a Constituição Federal trata sobre deveres, sobre
500 direitos e de quem é a competência quando é feita uma denúncia. **Conselheira Lilia Suley** disse que
501 todos têm que humanizar os corações. Embora cada um saiba da sua representatividade, não podemos
502 perder de vista o que está acontecendo. Disse que os usuários estão padecendo e o papel do controle social
503 é tentar amenizar a situação. Disse que há muito tempo temos discutido a situação da Regulação, pronto-
504 socorro, porém nunca foi deliberado sobre o que podemos encaminhar juridicamente. Disse que a Ouvidoria
505 recebe fluxo de denúncia, mas não vai poder atender da mesma forma, amenizando a situação. Disse que os
506 representantes do controle social aqui representado têm que tomar providências. Apontou que a primeira
507 providência é resolver a questão do novo assessor jurídico para o Conselho. **Conselheiro Jose Carlos**
508 **Bazan** lembrou a evolução financeira da SES: em 2005, o valor dos recursos Estadual de Saúde/SES foram
509 de 505 milhões de reais; em 2006 foram de 541 milhões de reais; em 2007 foram de 676 milhões; em 2008
510 são 707 milhões; e em 2009 serão de 706 milhões de reais. A SES ainda tem um déficit para ser
511 suplementado de 60 milhões de reais. Embora esta evolução, a Ouvidora tem que pedir aos setores que 600
512 processos sejam respondidos. São 600 respostas que a Ouvidora precisa obter para informar os usuários.
513 Disse que votar por uma deliberação obrigando que a gestão de atenção integral à saúde responda num
514 prazo de quinze dias, para 600 cidadãos matrogrossenses. Disse que se chegarmos ao ponto em que a
515 saúde não puder responder aos cidadãos, podemos concluir que a situação está grave. Disse que o problema
516 não é financeiro, pois os recursos saltaram de 500 milhões para 700 milhões. Assim sendo, encaminhou que
517 o Pleno aprovasse resolução para que as demandas da Ouvidoria sejam respondidas, num prazo de quinze
518 dias, a partir da data da publicação da resolução. Disse que precisará da colaboração da Conselheira Maria
519 Cândida, dos Conselheiros Carlos Eilert e Joacy Leopoldino, pois entrará em greve de fome na porta da SES
520 no dia em que publicarem a resolução, por quinze dias, com o objetivo de que as respostas sejam
521 encaminhadas, para que tenhamos o mínimo de resolubilidade. Disse que os usuários não estão cobrando
522 atendimento, e sim resposta. **Conselheira Alzita Leão**, com relação ao organograma do CES, informou que a
523 Mesa Diretora se reuniu com o Presidente do Conselho e com o senhor Mário Sérgio. No entanto, o problema
524 não é apenas gestão é político também. Esclareceu que nesta reunião encontraram os cargos que estão
525 vagos, no RH, e o senhor Mário Sérgio tomar as providências. A gestão concordou em fazer aquilo que foi
526 pedido no Conselho. Informou que quem vai dar o 'aval final', será a Secretaria de Administração, e só depois
527 apresentariam no Pleno. Disse que foram três cargos em comissão encontrados vagos, na Superintendência
528 de Recursos Humanos. Disse que os cargos serão para: assessoria jurídica, regularização da situação da
529 Ouvidoria e Secretaria Executiva. Disse que até o momento o senhor Mário Sérgio não entregou o resultado
530 desse trabalho e que a nova estrutura da SES será publicada através de decreto. Quando a Mesa receber o
531 resultado encaminhará para o Pleno. **Conselheira Maria Luiza Ortiz** disse que na reunião da Mesa com o
532 senhor Mário Sérgio ficou estabelecido prazo de dez dias para que ele apresentasse a proposta. Como ainda
533 não havia encaminhado, manteve contato com o mesmo e recebeu a garantia de que até o final do mês este



SUS

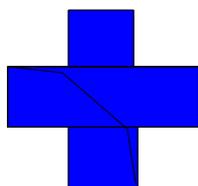
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

534 trabalho vai estar pronto e que encaminharia para o Secretário de Saúde. Disse que lembrou o senhor Mario
535 Sergio que a determinação é que ele encaminhe para a Mesa Diretora. Informou que a nova estrutura não
536 poderá ser publicada antes de ser discutida no Pleno. **Conselheiro Fabiano Borges** disse que o foco não é
537 estrutura organizacional. **Conselheiro Joacy Leopoldino** disse que a situação é mais complexa do que o
538 Conselho imagina e que necessitamos de melhor estrutura física para desenvolver as ações. **Conselheiro**
539 **Fabiano Borges** disse que o Conselho está no foco errado. No entanto, é legítimo discutir. Disse que se for
540 solicitada a SES fará esclarecimento (sobre a demanda da Ouvidoria), mas que também vão solicitar que os
541 municípios esclareçam. Solicitou que isso seja incorporado no encaminhamento do Conselho José Carlos
542 Bazan e ao Ministério da Saúde também, por que o Sistema é tripartite. Disse que temos que chamar todos,
543 não basta chamar apenas a SES. (fim dessa parte). **Conselheira Alzita Leão** esclareceu com relação ao
544 quantitativo de cargos em comissão ela foi aprovada na Lei Complementar n.º266/06, que dispõe sobre
545 diretrizes e disposições e normatizações relativas as gestões de cargos em comissões em função de
546 confiança no âmbito do poder executivo. **Presidente** disse que esta pauta foi retirada e que a pauta em
547 discussão são as demandas da Ouvidoria Geral. Colocou em regime de votação e o Pleno aprovou, por
548 unanimidade, que fosse solicitada da SES a quantidade de liminares que a SES atendeu ou sofreu este ano
549 quais seus conteúdos e procedências. Colocou em regime de votação seguinte encaminhamento: que através
550 de resolução determinasse à SUAIS que respondesse em quinze dias os 600 processos que se encontram na
551 Ouvidoria Geral do SUS. **Edna Marlene** contribuiu esclarecendo que os 600 processos estão envolvidos SMS
552 de Cuiabá e outros setores, por isso solicitou que no texto da resolução deve ficar claro que as respostas em
553 15 dias sejam dadas pelos setores competentes para que a OG possa responder aos usuários. **Conselheiro**
554 **Carlos Eilert** contribuiu dizendo que aquilo que for competência municipal deve ser solicitado. Caso não
555 responda, devemos deixar de ser 'pelegos e piegas' e chamar a imprensa e fazer a denúncia sobre a
556 responsabilidade dos gestores públicos principalmente dos funcionários que não querem responder. Disse
557 que tem processo de servidor pedindo certidão de tempo de serviço há 120 dias e o estado, a administração
558 não responde. Disse que há descaso para com o servidor público neste estado. **Edna Marlene** disse que
559 encaminhou processos para auditoria e outros setores da SES e para a SMS de Cuiabá, por isso a resolução
560 não pode cobrar somente da Superintendência de Atenção Integral à Saúde. **Conselheiro Fabiano Borges**
561 encaminhou que a Ouvidora informasse ao Pleno mapa que constasse onde os processos estão parados.
562 Retificou que a mesma não precisa encaminhar ao Pleno, basta informar às Comissões. **Conselheiro Jose**
563 **Carlos Bazan** disse que havia citado a SUAIS, por que alguém do corpo técnico disse que neste caso é a
564 gestão de atenção integral. Solicitou que na próxima reunião a Ouvidora encaminhe ao Pleno quais os outros
565 setores de nível estadual ou municipal que tem processos parados. **Conselheiro Fabiano Borges** disse que
566 comunga do encaminhamento. No entanto, vão ser encaminhados 600 processos para uma Superintendência
567 e será impossível para a mesma responder. **Edna Marlene** disse que poderia mapear identificando os setores
568 para poder cobrar resposta em 15 dias conforme resolução. **Conselheiro Fabiano Borges** disse que vai ter
569 que votar contra, pois da forma como o encaminhamento está colocado (pelo Conselho JC Bazan) vai
570 pulverizar e não vai ter resolutividade. Solicitou que a Ouvidora mapeasse os processos. **Conselheiro Jose**
571 **Carlos Bazan** disse que mesmo mapeando o texto da resolução deve estabelecer prazo de 15 dias para
572 resposta. **Conselheira Leila Boabaid** disse que a Ouvidora detém os setores onde não responderam. Disse
573 que o Pleno poderia deliberar que a formatação da resolução conste que tais setores respondam em 15 dias e
574 não somente para a SUAIS. **Conselheiro Orlando Francisco** encaminhou que o Conselho solicite, para a



SUS

Sistema
Único
de Saúde

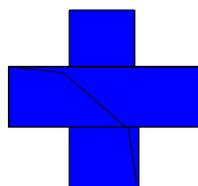
Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

575 Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e para Ministério Público, agilidade nestes
576 processos. Disse que caso haja omissão, o Conselho deve ter a coragem de denunciar o Ministério Público.
577 **Presidente** colocou em regime de votação e o Pleno aprovou com uma abstenção, a criação de resolução,
578 junto com a Ouvidoria, para que aos setores competentes respondam num prazo de 15 dias os processos que
579 estão na Ouvidoria Geral do SUS pendente de resposta. Com relação ao encaminhamento feito pelo
580 Conselheiro Orlando Francisco o **Conselheiro Fabiano Borges** informou para o Conselheiro Orlando
581 Francisco, que como foi deliberado pela resolução, devemos aguardar o prazo de 15 dias dos setores
582 competentes para poder fazer qualquer tipo de juízo, solicitação ou encaminhamento. **V Plenária Estadual de**
583 **Conselhos de Saúde - Conselheira Maria Cândida**, disse que o Pleno havia deliberado pela realização da V
584 Plenária no período de 19 a 21 de novembro, entretanto, foi informada que os hotéis estarão todos ocupados
585 neste período com evento de futebol. Disse que a disponibilidade de vaga no Hotel Fazenda Mato Grosso
586 será no período de 17 a 19 de novembro. Informou que o Secretário Executivo do Núcleo Sistêmico, Carlos
587 Capistrano, sugeriu que a abertura fosse no domingo dia 16, encerrando os trabalhos na terça-feira, à noite.
588 Encaminhou para deliberação a proposta de mudança de data da V Plenária, para o período de 16 a 18 de
589 novembro de 2008, em Cuiabá. Informou que as questões de logística, infra-estrutura, pregão estão bem
590 adiantadas. Disse que a Comissão está finalizando a programação e folder, os cartazes serão distribuídos
591 para os municípios pela Secretaria Executiva. **Magaly de Souza** informou que os municípios e Escritórios
592 Regionais de Saúde estão mobilizados para a data de 19 a 21 de novembro. **Conselheiro Joacy Leopoldino**
593 disse que temos tempo hábil para mobilizar nova data. **Magaly de Souza** disse que temos pouco tempo e
594 que a mobilização acaba ficando para a equipe da secretaria executiva. **Conselheira Maria Cândida** disse
595 que existe uma Comissão de Mobilização composta pelas Conselheiras Clélia Brito e Ana Maria Boabaid para
596 o trabalho de articulação. **Presidente** colocou em regime de votação e o Pleno aprovou por unanimidade
597 que fica alterada a data de realização da V Plenária Estadual de Conselheiros de Saúde, de 19 a 21 para o
598 período de 16 a 18 de novembro de 2009, em Cuiabá. **Comissão Intergestores Bipartite: Apresentação,**
599 **Discussão e Votação das Resoluções n.º08 a 41/08 - Conselheira Lilia Suely** disse que pelo regimento o
600 prazo para realização da reunião é até as 18:00 horas. Perguntou se a prorrogação do horário será discutida.
601 **Presidente** colocou em deliberação a prorrogação de horário da sessão. **Conselheiro Carlos Eilert** disse
602 que todos já leram as resoluções e que tem apenas dois questionamentos. **Conselheira Maria Cândida**
603 observou que não podemos esquecer que a Comissão de Monitoramento já fez as análises e que está
604 encaminhando apenas para conhecimento. **Conselheiro Joacy Leopoldino** disse que a Comissão não
605 delibera, aprecia e encaminha no Pleno para ser votado. **Conselheira Leila Boabaid** disse que temos que
606 respeitar o papel das Comissões. Disse que precisamos conhecer o encaminhamento feito pela Comissão de
607 Monitoramento, para saber se vamos concordar ou não. **Conselheiro Fabiano Borges** encaminhou que a
608 votação seja em bloco daquelas resoluções que a Comissão de Monitoramento analisou e emitiu parecer
609 favorável, as demais seriam discutidas pelo Pleno. **Conselheiro Carlos Eilert** disse que pretende pedir dois
610 esclarecimentos. Caso aprove em bloco, seus questionamentos ficarão perdidos. Perguntou para a Comissão
611 se ela analisou o projeto do curso de especialização proposto em resolução. Disse que a resolução n.º027/08,
612 da capacitação de Conselheiros já tinha sido aprovada e por isso não precisava estar na relação para ser
613 votada. Disse que não podemos fazer aprovação em bloco, pois caso alguma delas necessite de correção
614 deverá voltar (corrigida) para votação. **Conselheira Maria Cândida** disse que a Comissão já apontou quais
615 resoluções necessitam ser discutidas no Pleno. Aproveitou para fazer convite ao Conselheiro Joacy

15



SUS

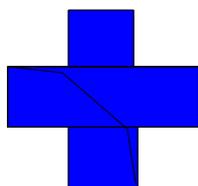
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

616 Leopoldino para que faça parte da Comissão e fique um dia inteiro fazendo análises de resoluções.
617 **Presidente** falou que não temos quorum para deliberação e que a pauta está prejudicada. **Conselheiro**
618 **Joacy Leopoldino** disse que esteve no município de Bom Jesus do Araguaia e foi informado que o
619 Presidente do Conselho Municipal de Saúde está desaparecido há três meses. Disse que na reunião do CMS
620 foi discutido este assunto pela Irmã Maria de Fátima. Disse que o Presidente é servidor de carreira,
621 Enfermeiro, e que havia denunciado a gestão municipal no Ministério Público. Disse que três meses antes do
622 processo eleitoral ele cobrou resposta do Ministério Público e dois dias depois ele havia sumido, segundo as
623 informações recebidas na reunião mencionada. **Presidente** reiterou que não temos quorum para qualquer
624 deliberação, pois apenas doze estão Conselheiros que estão na sala da sessão e que tem Conselheiros no
625 saguão e que poderiam entrar para que esgotássemos a pauta. **Conselheiro Carlos Eilert** fez a seguinte
626 leitura: 'os servidores que não se fizerem presente sem prévia justificativa, avaliada pela Coordenação estarão
627 passíveis de sanções administrativas'. Disse que vai encaminhar este documento ao sindicato da categoria,
628 pois explicita o assédio moral do gestor que não tem liderança para pedir 'você vai participar de uma
629 capacitação'. Disse que não quer que isto venha a acontecer no Conselho. **Conselheiro Fabiano Borges**
630 registrou que a representação da SES está presente na sessão e que está disposta a votar, inclusive a área
631 técnica da SES está presente para prestar esclarecimento. **Conselheiro Jose Carlos Bazan** perguntou para
632 a Presidente quantos representantes do segmento governo estão presente. **Presidente** disse que são oito,
633 mas que estão presentes três, os representantes da SES. Neste momento a Presidente encerrou a sessão
634 por falta de quorum. Nada mais havendo a ser deliberado pelo Pleno, a reunião foi encerrada às dezoito
635 horas e trinta minutos e, após lida e achada conforme, a presente ata foi aprovada pelo Pleno e segue
636 assinada pela **Vice-Presidente do Conselho Estadual de Saúde, Clélia Araujo de Brito**, pela
637 Secretária Executiva, **Magaly de Souza** e pelos demais Conselheiros presentes: **Fabiano tonaco**
638 **Borges, Cristina Santos Botti, Leila Maria Boabaid Levi, Lanameire Figueiredo Barros, Maria Luiza**
639 **Ortiz Nunes da Cunha, Leandro Jubileu Zitelli, Alzita Leão Ormond de Oliveira, Maria Aparecida de**
640 **Amorim Fernandes, Túlio Márcio Galvão Corvoisier, Márcia Fátima Folador, Carlos Alberto Eilert,**
641 **José Carlos Bazan, Joacy Leopoldino da Fonseca, Orlando Francisco, João Luiz Dourado, Maria**
642 **Candida do Nascimento, Lilia Suely Alves dos Santos, Antonio Cordeiro Sobral, Clélia Araujo de**
643 **Brito, Ana Maria Boabaid Carvalho Couto, Antonia Lúcia Ribeiro, Naildo dos Santos e Ambrósio**
644 **Moreira de Souza.**



SUS

Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342